



OIT discute trabalho
decente no dia da
trabalhadora doméstica

P. 3

OIT apoia 4ª edição do
Programa Pró-Equidade
de Gênero e Raça

P. 4

OIT apoia o
enfrentamento ao tráfico
de pessoas

P. 5

OIT aprova a Convenção (nº 189) e a Recomendação (nº 201) sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos

Trabalhadoras/es Domésticas/os são beneficiadas/os pelas normas aprovadas na 100ª Conferência da OIT



Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia, comemora com as/os trabalhadoras/es domésticas/os

Genebra – De 1º a 17 de julho, delegações tripartites dos Estados membros da OIT estiveram reunidas na 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (CIT), na sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra. Pelo segundo ano consecutivo, o debate sobre as normas para o trabalho doméstico decente estiveram na pauta da Conferência. No dia 15 de junho, a Assembleia da CIT aprovou a adoção da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos

“Pela primeira vez nós direcionamos o sistema de normas da OIT para a economia informal e este é um acontecimento de grande importância”, disse o Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia. “Fez-se história”, acrescentou.

nº 189 (2011) e a Recomendação nº 201 (2011) sobre o mesmo tema.

Esses novos instrumentos internacionais de proteção ao trabalho doméstico no mundo beneficiarão entre 53 e 100 milhões de cidadãs/aos. Para a diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, presente à Conferência, esse foi um passo fundamental para o resgate da dignidade e dos direitos de uma categoria de trabalhadoras/es historicamente vítima de múltiplas formas de discriminação.

Convenção Nº 189 da OIT

A Convenção nº 189 da OIT define como trabalho doméstico qualquer trabalho realizado em ou para um domicílio, e o/a trabalhador/a doméstico/a como uma pessoa que realiza trabalho doméstico no marco de uma relação de trabalho. O conteúdo da Convenção aborda:

- Direitos humanos e direitos fundamentais no trabalho
- Trabalho infantil doméstico
- Proteção contra abusos, assédio e violência no local de trabalho
- Condições de emprego não menos favoráveis do que aquelas garantidas ao conjunto dos trabalhadores
- Proteção às/aos trabalhadoras/es domésticas/os migrantes
- Jornada de trabalho
- Estabelecimento de remuneração mínima
- Proteção social
- Medidas de saúde e segurança no trabalho
- Agências de emprego privadas
- Acesso a instâncias de resolução de conflitos
- Inspeção do trabalho

Recomendação Nº 201 da OIT

A Recomendação apresenta orientações para a implementação de programas e ações, trazendo no conteúdo de seus artigos os seguintes temas:

- Liberdade de associação e direito à negociação coletiva
- Medidas relacionadas à saúde de trabalhadores e trabalhadoras domésticas
- Identificação e proibição de trabalho doméstico insalubre para crianças e proteção para trabalhadores/as domésticos/as jovens
- Informações sobre termos e condições de emprego
- Proteção contra abuso, assédio e violência no local de trabalho
- Jornada de trabalho
- Proteção quanto a remunerações e pagamento in natura
- Condições adequadas de acomodação e alimentação
- Saúde e segurança
- Trabalhadores/as migrantes
- Agências de emprego privadas
- Inspeção do trabalho
- Elaboração e implementação de políticas e programas
- Cooperação internacional para proteção dos trabalhadores/as domésticos/as

A Convenção e a Recomendação entrarão em vigor após serem ratificadas por dois países. Muitos Estados membros presentes à Conferência já manifestaram seu compromisso com a ratificação desses instrumentos internacionais. A ratificação deve respeitar os procedimentos definidos em cada país, pois se trata de um ato soberano (www.oit.org.br).

A adoção da Convenção sobre Trabalho Doméstico é resultado de dois anos de mobilização na OIT

O processo de discussão do trabalho doméstico foi conduzido na OIT considerando a necessidade de complementar as normas gerais de proteção ao trabalho com normas específicas que assegurem mais efetivamente os direitos das/os trabalhadoras/es domésticas/os. A adoção da Convenção e da Recomendação sobre o Trabalho Doméstico, resultado desse processo, é fruto de um intenso debate realizado no âmbito dos países e contou com o apoio dos escritórios regionais, sub-regionais e nacionais da OIT em todo o mundo. O trabalho da OIT junto aos constituintes com relação a esse tema iniciou-se em 2009 e estendeu-se até 2011, momento no qual foi realizada a rodada final de discussão sobre o assunto na 100ª Conferência Inter-

nacional do Trabalho. Para apoiar essa discussão, a OIT desenvolveu estudos sobre o tema e realizou reuniões técnicas e processos de consulta com os atores tripartites – representantes dos governos, das organizações de trabalhadores e de empregadores. No Brasil, da mesma forma, o processo preparatório incluiu a realização de reuniões técnicas com constituintes brasileiros e a elaboração de notas e materiais informativos. Em 2011 foram realizadas reuniões técnicas com representantes das centrais sindicais e do governo brasileiro e disseminadas notas informativas sobre o assunto. Essas atividades foram implementadas em coordenação com a equipe do Escritório Sub-Regional da OIT para o Cone Sul da América Latina, em Santiago, Chile.

OIT-Brasil promove discussão com os constituintes

No dia 30 de março de 2011, representantes das centrais sindicais, da Federação Nacional de Trabalhadoras/es Domésticas/os (FENATRAD), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), do Instituto Sindical pela Igualdade Racial (INSPIR), da ONU Mulheres e da OIT-Brasil estiveram reunidos na sede do DIEESE em São Paulo para uma discussão sobre o Relatório Azul da OIT “Trabalho Decente para os Trabalhadores Domésticos” – IV(2 A). O principal objetivo da reunião foi apresentar os conteúdos dos projetos de convenção e recomendação sobre trabalho doméstico que seriam objeto de debate na Conferência Internacional de Trabalho de 2011, além de propiciar um espaço de diálogo e articulação entre as centrais sindicais e as lideranças das/os trabalhadoras/es domésticas/os.

Também como parte do processo de preparação para a Conferência Internacional do Trabalho de 2011, nos dias 5 de abril e 2 de maio, a OIT-Brasil realizou reunião técnica com representantes



Representantes da OIT, ONU Mulheres, DIEESE e centrais sindicais se reúnem na sede do Dieese em São Paulo

governamentais. A coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho, Marcia Vasconcelos, ressaltou que o governo brasileiro tem demonstrado um grande comprometimento com o debate sobre o trabalho doméstico e com a promoção dos direitos das/os trabalhadoras/es domésticas/os. As reuniões contaram com a presença da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Ministério de Relações Exteriores (MRE), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da ONU Mulheres.

EXPEDIENTE

Este Boletim foi produzido no âmbito do Projeto *Gender Equality in the World of Work* (INT/09/61/NOR), Organização Internacional do Trabalho (OIT), financiado pelo Governo Norueguês.

Esta edição aborda as atividades do Programa para a Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT-Brasil do primeiro semestre de 2011

Diretora do Escritório da OIT no Brasil
Lais Abramo

Coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT-Brasil
Marcia Vasconcelos

Oficial de Projetos de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT-Brasil
Rafaela Egg

Assistentes de Projetos de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT-Brasil
Andréa Melo
Adalgisa Soares

Elaboração
Leslie Sedrez Chaves
Jornalista – DRT 12415
Sátira Pereira Machado
Jornalista – DRT 8417

Colaboração
Severino Goes
Oficial de Comunicação e Imprensa da OIT Brasil

Fotos
Divulgação

Revisão de Texto
Matheus Gazzola Tussi

Projeto Gráfico
Luciano Mendes



http://www.oit.org.br/topic/gender/news/news_198.php

OIT DISCUTE TRABALHO DECENTE NO DIA DA TRABALHADORA DOMÉSTICA

Trabalho doméstico é foco de audiência pública

No Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica (27 de abril), foi realizada uma audiência pública para celebrar a data e para chamar a atenção para os desafios que ainda persistem no Brasil com relação à promoção dos direitos e do trabalho decente para essa categoria – 7,2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que desempenham atividades de fundamental importância para a economia e para a sociedade. A diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, fez parte



Comunicação ONU Mulheres Brasil e Cone Sul

OIT participa de Audiência Pública em prol das trabalhadoras Domésticas

dos debates, abordando o tema da garantia do trabalho decente para as trabalhadoras domésticas.

Relatório sobre trabalho doméstico é divulgado

No dia 27 de abril, a Secretaria de Políticas para as Mulheres divulgou o relatório do “Grupo de Trabalho para a realização de estudos sobre os impactos socioeconômicos de uma proposta de ampliação dos direitos assegurados às trabalhadoras domésticas previstos na Constituição Federal”, que contou com a assessoria técnica da OIT, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e da ONU Mulheres.

O documento é resultado do trabalho integrado entre ministérios, entidades empresariais e organizações não governamentais. A diretora do escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, esteve presente à cerimônia de lançamento. Ela considera que o documento traz importantes contribuições para o desenvolvimento da base de conhecimentos sobre o tema e para a elaboração de medidas para a promoção dos direitos das trabalhadoras.



Comunicação ONU Mulheres Brasil e Cone Sul

OIT participa da apresentação do relatório com a Seppir

Campanha de valorização do trabalho doméstico é lançada

Dia 27 de abril
Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas
RESPEITO E DIGNIDADE PARA AS
Trabalhadoras Domésticas
Uma profissão como todas as outras

Após a grande repercussão alcançada em 2010, com a adesão da ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e veiculação em centenas de emissoras de rádios de todo o Brasil, em 27 de abril de 2011, a OIT, a ONU Mulheres e a FENATRAD reeditaram a campanha de rádio “Respeito e Dignidade para as Trabalhadoras Domésticas: uma profissão como todas as outras”, em comemoração ao Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Os spots gravados com a presidenta da FENATRAD, Creuza Maria Oliveira, com o empresário Carlos Roque e com a trabalhadora doméstica Dinalva Mendes de Oliveira foram disponibilizados em CD e também na Internet, o que garantiu amplo acesso e veiculação por meio de rádios comerciais, comunitárias, de empresas e de outras instituições. A ação também contou com o apoio da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Os três spots e mais informações sobre a campanha estão disponíveis no site da OIT-Brasil (<http://www.oitbrasil.org.br/node/405>).

Notas informativas da OIT trazem informações importantes para a questão do trabalho decente para as/os trabalhadoras/es domésticas/os

Para fomentar as discussões sobre o trabalho decente para as/os trabalhadoras/es domésticas/os, a OIT-Brasil produziu notas informativas amplamente disseminadas por meio eletrônico.

O tema da Nota 1 é a abordagem da OIT sobre a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho. A Nota 2 traz informações sobre a discussão do trabalho doméstico que acontecerá na primeira rodada de discussões na



A produção de notas informativas da OIT foi um importante subsídio para os constituintes tripartites nas discussões da 99ª e 100ª Conferências Internacionais do Trabalho

Conferência Internacional do Trabalho (CIT) de 2010; a Nota 3 relata o resultado dessas discussões. A Nota Informativa 4 faz o resgate dos debates realizados sobre o trabalho doméstico e apresenta os principais pontos do Relatório Azul. A Nota 5 detalha os conteúdos dos instrumentos internacionais de proteção ao trabalho doméstico, que forneceram subsídios para a discussão da Convenção e da Recomendação na Conferência Internacional do Trabalho de 2011.



OIT apoia a 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho



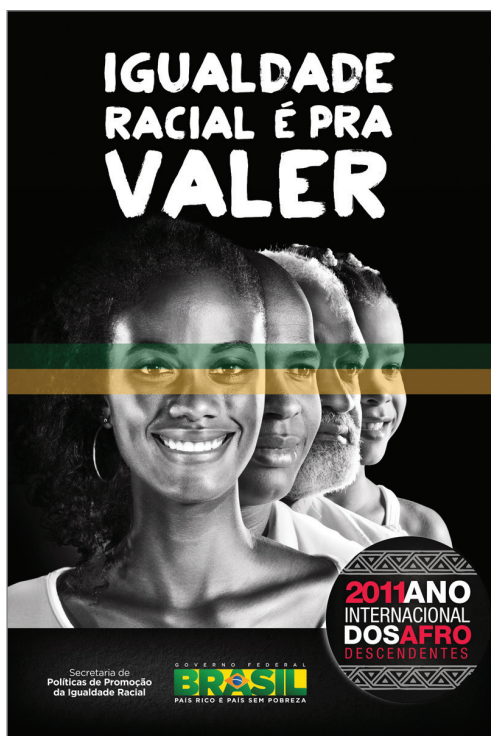
Diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairos, deputada federal coordenadora da bancada feminina na Câmara, Janete Pietá, representante da ONU Mulheres para o Brasil e Cone Sul, Rebecca Reichmann Tavares.

Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas organizações

No dia 17 de maio de 2011, a diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Abramo, participou do lançamento da 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) que tem o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da ONU Mulheres. O Pró-Equidade de Gênero e Raça é um programa de adesão voluntária do qual participam organizações públicas e privadas. Tem como principal objetivo incentivar o desenvolvimento de planos de promoção da igualdade no âmbito das organizações, premiando as boas iniciativas ao final de cada ciclo. O programa

nasceu em 2005 com um foco na questão da igualdade de gênero. Após 5 anos de implementação, em 2011, passou a incluir também a dimensão racial. Segundo a oficial de projetos do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT-Brasil, Rafaela Egg, ao contribuir para a eliminação da discriminação no trabalho e para a promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento, o programa colabora para a promoção do trabalho decente no País, pois a igualdade de gênero e raça é um eixo estratégico do trabalho decente. Mais informações no site da SPM (www.spm.gov.br).

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial lança campanha “Igualdade Racial é pra Valer”



Integrando as celebrações do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial (21 de março) e do Ano Internacional das/dos Afrodescendentes (2011), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) do Governo Federal lançou a campanha “Igualdade Racial é pra Valer”. Segundo a oficial de projetos do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT-Brasil, Rafaela Egg, a iniciativa colabora com o trabalho que as agências do Sistema ONU vêm desenvolvendo no marco do Ano dos Afrodescendentes. Mais informações sobre a campanha estão disponíveis no site da Seppir (www.seppir.gov.br).

Site do Programa Regional de Gênero e Trabalho Decente



Para dar visibilidade às ações da OIT na região e no mundo, o Programa Regional de Gênero e Trabalho Decente disponibiliza informações sobre o tema no site <http://igenero.oit.org.pe>, onde existe uma seção especial para as publicações da OIT em língua portuguesa.

OIT apoia o enfrentamento ao tráfico de pessoas

Nos dias 3, 4 e 5 de maio de 2011, foi realizada em Cuiabá, MT, a I Oficina de Elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que contou com a presença de cerca de 100 pessoas entre policiais, gestores/as públicos municipais e estaduais, auditores/as fiscais do trabalho e representações da sociedade civil organizada de diferentes regiões do Estado do Mato Grosso. O evento teve o apoio da OIT-Brasil e foi uma ação articulada entre o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho, através do Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas, do Programa Cooperação Horizontal contra o Trabalho Infantil e do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo.

Os painéis do evento serviram de ponto de partida e compartilhamento de informações sobre os diversos aspectos da temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas. O aprofundamento dos assuntos foi realizado em oficinas específicas divididas em quatro eixos: Tráfico Internacional de Pessoas e Migração, Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual e Tráfico de Pessoas para Fins de Trabalho Doméstico.

Ao final das discussões foi validada uma primeira versão do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que será posteriormente discutida em encontros regionais e apresentada ao governo do Estado. Para a coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Estado do Mato Grosso, Dulce Regina Amorim, "o apoio da OIT à discussão sobre este tema no Estado teve uma importância fundamental para o aprofundamento de nossa compreensão com relação a este fenômeno. Hoje existe uma visão mais cla-



Antônio Carlos Mello, oficial de projetos do Programa Cooperação Horizontal contra o Trabalho Infantil

ra dos atores envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas no Estado, sobre a natureza deste fenômeno, suas diferentes modalidades e sobre aspectos que antes eram invisíveis para nós, como, por exemplo, o tráfico para trabalho doméstico".

Participaram do evento representantes de organizações governamentais e não governamentais do Estado do Mato Grosso. O evento contou com a presença de importantes institui-



Dulce Regina Amorim, coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Estado do Mato Grosso

ções do governo federal, estadual e municipal, como a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, Secretaria Estadual de Planejamento, Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Assistência Social de Cuiabá, Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso, Secretaria Estadual de Saúde. Contou também com a presença de representações da ONU Mulheres, Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Polícia Federal. Para Antônio Carlos Mello, oficial de projetos do Programa Cooperação Horizontal contra o Trabalho Infantil, "o esforço de articulação e coordenação entre setores do governo, trabalhadores, empregadores e sociedade civil é imprescindível para o combate ao tráfico de pessoas, que frequentemente tem como vítimas crianças e adolescentes exploradas sexualmente ou em atividades como trabalho doméstico e, por vezes, em situações análogas à escravidão".

Retrato do trabalho doméstico na América Latina: desafios para a Agenda de Trabalho Decente

O Programa Regional de Gênero e Trabalho Decente da OIT também produziu uma série inédita de notas sobre a situação das/dos trabalhadoras/es domésticas/os e os déficits de trabalho decente sofridos por essa categoria na América Latina e Caribe. Abordando temas como o perfil das/dos trabalhadoras/es domésticas/os, remuneração, trabalho infantil doméstico e acesso à seguridade social, essa série apresentou informações sobre as condições de emprego das/os trabalhadoras/es

domésticas/os e as violações dos direitos fundamentais no trabalho a que estão submetidas/os.

Os conteúdos das notas produzidas no Brasil e na região ofereceram importantes subsídios para os debates sobre o trabalho doméstico na 100ª Conferência Internacional do Trabalho. Acesse as Notas Técnicas, produzidas antes e depois da Conferência, nos sites da OIT-Brasil (www.oit.org.br) e do Programa Regional de Gênero e Trabalho Decente (<http://igenero.oit.org.pe>).

Relatório “Igualdade no Trabalho: um desafio contínuo” é tema de painel na 100ª Conferência Internacional do Trabalho



Durante a 100ª Conferência Internacional do Trabalho, foi realizado o lançamento do terceiro Relatório Global da Organização Internacional do Trabalho sobre o tema da discriminação, denominado “Igualdade no Trabalho: um desafio contínuo”. O documento analisa os progressos e desafios no combate à discriminação no mundo do trabalho e aponta as áreas que precisam de ações mais específicas.

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, participou do painel e ressaltou que o Brasil tem uma trajetória significativa na construção de políticas e aparatos legais de combate à discriminação, mas ainda são necessários alguns passos para avançar. “Precisamos de políticas que enfrentem de forma clara e decisiva as diferentes discriminações a que as mulheres e outras parcelas da população ainda estão submetidas”, afirma.



A Ministra da SPM Iriny Lopes integrou o painel sobre o relatório

Desde o lançamento da Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, em 1998, a cada ano a OIT elabora um Relatório Global que busca apresentar um retrato da situação mundial e os principais desafios em relação a cada um dos temas que compõem os princípios e direitos fundamentais: liberdade de associação e direito à negociação coletiva; combate ao trabalho forçado; combate ao trabalho infantil; e promoção da igualdade e combate à discriminação.

Seguindo um ciclo de quatro anos, até o momento foram elaborados três relatórios globais sobre a promoção da igualdade e o combate à discriminação. O primeiro foi intitulado “A Hora da Igualdade no Trabalho”, tendo sido apresentado em 2003. Por ser o primeiro, esse relatório fez uma ampla reflexão sobre o tema, resgatando as principais ações desenvolvidas até aquele momento pela OIT nessa área. O segundo relatório, “Igualdade no Trabalho: enfrentando os desafios”, apresentado em 2007, centrou-se no período 2004-2007, dando destaque aos padrões emergentes de discriminação e desigualdade no mundo do trabalho e apresentando recomendações para promover avanços na área. Finalmente, em 2011, foi lançado o terceiro Relatório Global sobre o tema, chamado “Igualdade no Trabalho: um desafio contínuo”. O documento mostra que há mais políticas de promoção da igualdade e planos de ação em implementação, que mais governos reconhecem a necessidade de harmonizar suas legislações com as convenções da OIT sobre os temas e que há maior conscientização por parte dos atores tripartites de seu papel no combate à discriminação.

O relatório foi traduzido para o português pelo escritório de Portugal e sua impressão conta com o apoio do escritório da OIT-Brasil.

Neste link é possível acessar o Relatório Global em português: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_155394.pdf

OIT participa do I Fórum Febraban de Diversidade



Marcia Vasconcelos falou sobre a questão de gênero

Com o objetivo de divulgar os avanços e aprendizados, aprofundando as discussões sobre a promoção da diversidade no setor financeiro, a Federação Brasileira de Bancos promoveu o I Fórum Febraban de Diversidade. O encontro aconteceu na cidade de São Paulo no dia 27 de junho de 2011, e reuniu cerca de 200 participantes entre representantes do governo, setor financeiro, terceiro setor, empresas e sociedade civil. Foram realizadas mesas temáticas, abordando as questões de gênero, raça e etnia, que propiciaram um espaço de apresentação de reflexões sobre o tema, bem como de experiências concretas desenvolvidas em empresas e outras organizações. O tema da inclusão das pessoas com deficiência também fez parte dos debates. A apresentação de cases e um debate amplo sobre perspectivas e desafios para a promoção da diversidade compuseram a parte final do evento. A coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho da OIT-Brasil, Marcia Vasconcelos, compôs a mesa temática sobre a questão de gênero, abordando o tema do equilíbrio entre trabalho e família e o papel das empresas na implementação de medidas nessa área. Em sua fala, Marcia destacou os custos da não adoção dessas medidas para as empresas e para a sociedade, os ganhos em termos de competitividade no mercado, produtividade e clima laboral, apresentando também experiências concretas implementadas em empresas e instituições da América Latina.

Mais informações sobre o evento podem ser obtidas no site da Febraban (www.febraban.org.br).